
PROJETO DE LEI Nº 020, DE 18 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Arapua e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Carmo do Paranaíba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arapua, no exercício de suas atribuições legais e, investido no poder conferido pelo povo, apresenta o seguinte projeto de lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.313.375/0001-18, com sede na Avenida Minas Gerais, n.º 666, Centro, Carmo do Paranaíba/MG.

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com a finalidade de custear as despesas com atendimento à pessoa com deficiência intelectual e/ou associada e autismo.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo será no valor de R\$ 4.166,66 (quatro mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês na conta da Instituição.

Art. 3º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência até 31/12/2018, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Art. 4º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.



Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial por Anulação no valor de R\$ 20.834,00 (vinte mil oitocentos e trinta e quatro reais) para a dotação 02.04 12.367.024.2.056.3.3.50.43.

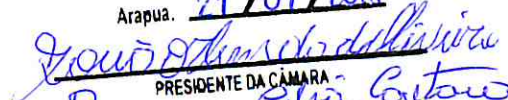
Art. 6º Para fazer frente ao crédito especial aberto no artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a anulação parcial da dotação orçamentária Fonte 00 - ficha 162 (R\$ 20.834,00), remanejando o valor indicado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arapua, 18 de julho de 2018.


JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA

- PREFEITO MUNICIPAL -

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUA - MG
☒ APROVADO ☐ REJEITADO
Em 0 Discussão e Votação por 6x0 votos
Arapua, 27/07/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

SECRETARIO

MENSAGEM EXECUTIVA

Nobres Legisladores,

Encaminhamos para a apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Arapua e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Carmo do Paranaíba e dá outras providências”.

Cumprindo determinação legal, no sentido de que o repasse de verbas para o setor privado deverá ser precedido por lei específica, o Poder Executivo Municipal apresenta a Vossas Excelências o presente Projeto de Lei.

Este, por sua vez, autoriza a celebração de Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com o objetivo de custear as despesas com atendimento à pessoa com deficiência intelectual e/ou associada e autismo.

Ressaltamos que a instituição está devidamente constituída, possui estatuto próprio, inscrição nos órgãos fazendários competentes, encontra-se em pleno funcionamento e goza de prestígio junto à comunidade local e aos órgãos administrativos e judiciais que atuam no Município.

Dessa forma, faz-se necessária a celebração do referido Termo de Colaboração, uma vez que possibilitará a manutenção e execução do programa proposto pela APAE com maior eficiência e qualidade.

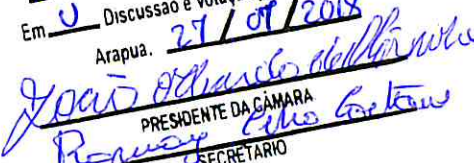


Por outro lado, não haverá impacto no orçamento do município, uma vez que esse é o valor que o município gasta atualmente com a contratação de servidores cedidos à APAE. Com a celebração do termo de cooperação, os contratos temporários serão rescindidos.

Diante do exposto, com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colhemos esta oportunidade para reiterarmos protestos da mais alta estima e elevada consideração.

Arapua, 18 de julho de 2018.


JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA
- PREFEITO MUNICIPAL -

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUÁ - MG
☒ APROVADO ☐ REJEITADO
Em 27 Discussão e Votação por 6x0 votos
Arapua. 27/07/2018

PRESIDENTE DA CÂMARA

SECRETÁRIO

MINUTA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ____/2018

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG** e a **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARMO DO PARANAÍBA**, tendo como objeto a concessão de subvenção para o custeio dos atendimentos especializados realizados pela APAE, à clientela necessitada residente no Município de Arapuá - MG.

O **MUNICÍPIO DE ARAPUÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 19.942.895/0001-01, com sede na Praça São João Batista, nº 111, Centro, Arapuá/MG, CEP: 38.8960-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-3.638.529 e inscrito no CPF sob o nº 565.882.326-91, daqui por diante denominado **MUNICÍPIO** e de outro lado, a **APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.726.006/0001-58, sediada à Avenida Presidente Tancredo Neves, 2716, Bairro Alvorada, Carmo do Paranaíba, neste ato representada pelo Presidente PAULO SOARES MOREIRA, brasileiro, contador, divorciado, portador da cédula de identidade nº M-1.614.238 e inscrito no CPF nº 351.181.056-68, daqui por diante denominada **ENTIDADE**, celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, observadas as disposições legais da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento a **concessão de subvenção** do Município de Arapuá para custeio dos atendimentos especializados realizados pela ENTIDADE, em atendimento aos portadores de deficiência intelectual e/ou associada e autismo residente no Município de Arapuá/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



2.1 Constitui obrigação do MUNICÍPIO repassar, mensalmente, a quantia estabelecida neste Termo de Fomento, a título de subvenção.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

3.1 São obrigações da ENTIDADE:

3.1.1 prestar serviços que estão especificados no Plano de Trabalho, aplicando os recursos unicamente para cobrir as despesas essenciais na prestação de serviços de assistência a pessoas com deficiências intelectual e múltipla;

3.1.2 encaminhar ao MUNICÍPIO relatório mensal das atividades desenvolvidas;

3.1.3 abrir conta corrente exclusiva para a movimentação dos recursos repassados e manter os saldos do Termo de Fomento, enquanto não utilizados, obrigatoriamente aplicados em instituição financeira autorizada pelo Banco Central e auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do presente Termo e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas;

3.1.4 apresentar prestações de contas parciais mensais, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao repasse, e a final, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício subsequente, nos moldes exigidos pelas Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e manifestação do Conselho Fiscal ou órgão equivalente, comprovando as despesas realizadas com os recursos da subvenção;

3.1.5 responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

3.1.6 responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município pelos respectivos pagamentos, qualquer ônus do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA



4.1 A vigência deste Termo de Fomento será de 05 (cinco) meses, iniciando-se em 01 de agosto de 2018, com término em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado em havendo interesse das partes.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR

5.1 Ao presente Termo dar-se-á o valor total de R\$ 20.834,00 (vinte mil oitocentos e trinta e quatro reais), que será repassado mensalmente, ao custo de R\$ 4.166,80 (quatro mil cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos) por mês, conforme cronograma de desembolso abaixo:

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
VALOR	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
VALOR	R\$0,00	R\$ 4.166,80	R\$ 4.166,80	R\$ 4.166,80	R\$ 4.166,80	R\$ 4.166,80

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes do presente Termo de colaboração correrão por conta da dotação orçamentária aberta mediante crédito especial.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO CONTROLE DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

7.1 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, da execução do presente Termo de Fomento, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

7.2 O Chefe do Poder Executivo designará um servidor público que ficará responsável pela gestão do presente Termo, tendo poderes de controle e fiscalização, cabendo a este as seguintes obrigações:

7.2.1 acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo;

7.2.2 informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que



comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do Plano de Trabalho e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos;

7.2.3 emitir parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

7.2.4 disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

7.3. Deverá ser assegurado livre acesso ao servidor público responsável pela gestão deste instrumento, ao controle interno e ao Tribunal de Contas dos processos e documentos relacionados com este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA: DO INADIMPLEMENTO

8.1 O inadimplemento das obrigações ora reciprocamente assumidas pelas partes ensejará a denúncia e rescisão do presente Termo, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial. Em ocorrendo inadimplemento, relativamente ao objeto do presente instrumento, por ato unilateral da ENTIDADE, ficará esta obrigada a restituir ao MUNICÍPIO os valores desta recebidos indevidamente, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

9.1 Este Termo poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer das partes, ser denunciado mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada parte pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Paranaíba/MG para dirimir questões que possam resultar deste termo.





MUNICÍPIO DE ARAPUÁ
CNPJ 19.942.895/0001-01
Praça São João Batista nº 111 - centro
Tel: (34) 3856-1234
38860-000 – Arapuá/MG

E, por estarem de comum acordo, firmam o presente Termo de Fomento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Arapuá, 18 de julho de 2018.

JOÃO BATISTA TERTO DA CUNHA
Prefeito Municipal

PAULO SOARES MOREIRA
Representante da APAE

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____